

Raízes

Vol. 27, N° 1, jan. – jun./2008

Trabalho recebido em 03/03/2007
Aprovado para publicação em 22/05/2009

DE TRABALHADORAS RURAIS A CHEFES DE FAMÍLIA EM ZEIS: VISITANDO AS TRAJETÓRIAS E ESTRATÉGIAS FEMININAS

Mary Alves Mendes

RESUMO

O presente estudo mostra as trajetórias de vida de um grupo de trabalhadoras rurais que migraram do interior do Estado de Pernambuco para a capital em busca de trabalho e atualmente são chefes de família em um bairro pobre da cidade do Recife. O processo de migração trouxe além de adaptações e reformulações dos saberes tradicionais rurais para um novo estilo de vida e trabalho urbano, estratégias de sobrevivência e resistência. Os dados revelam que as condições atuais de vida e situação de provisão econômica da família estão associadas a um contexto de vulnerabilidades socioeconômicas que reportam às histórias de vida marcadas pela pobreza, violência e trabalho. Como trabalhadoras encontram-se inscritas num quadro de precarização, informalidade e feminização das ocupações. As relações de gênero se constituem a partir de um quadro ambivalente que transita entre posturas tradicionais e modernas, sendo a esfera doméstica, paradoxalmente, um locus de desigualdades (divisão sexual do trabalho, violência doméstica) e de poder (provisão econômica feminina).

Palavras-chave: chefia feminina, migração, trabalho, pobreza, violência

FROM RURAL FEMALE WORKERS TO FAMILY'S CHIEFS IN ZEIS: VISITING THE TRAJECTORIES AND FEMININE STRATEGIES

ABSTRACT

The present study shows the life's trajectories of a group of rural female workers that migrated from Pernambuco's State countryside to the capital in search of work. Nowadays they're family's chiefs in a poor neighborhood of Recife. The migration process implied in adaptations and reformulations of the traditional rural knowledge for a new lifestyle and urban work, which workout as their survival strategies and resistance. The data reveal that the current conditions of life and economic situation of migrants' families are associated to a context of social-economic vulnerability, linked to their life histories, marked by poverty, violence and work. As female workers migrants we analyzed are settled in a precarious frame of precariousness, informality and job feminization. Gender relationships are constituted in an ambivalent frame, moving between traditional and modern postures, being the domestic sphere, paradoxically, a locus of inequalities (sexual division of labor, domestic violence) and empowerment (due to the feminine economic provision centrality).

Key words: familiar feminine leadership, migration, work, poverty and violence

Mary Alves Mendes. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Membro do Núcleo de Pesquisas de Gênero, Família e Sexualidade – FAGES, do Programa de pós-graduação em antropologia da UFPE. E-mail: maryam@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

O contexto social de inserção das mulheres chefes de família, residentes nas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS¹, de um bairro popular, da cidade do Recife, indica um quadro geral de vulnerabilidades que, de certa forma, está relacionado às suas histórias de vida e percursos familiares marcados por um contínuo processo de escassez, baixo nível de escolaridade e trabalho precarizado, onde a luta travada se dava, quase sempre, em prol da sobrevivência diária o que, ao longo do tempo, acabou sedimentando um quadro de baixa qualidade de vida, estudo e trabalho, formando um panorama geral de necessidades e violação de direitos.

Embora inseridas nesse quadro estrutural que, grosso modo, dá a impressão de estagnação, não significa atestar a essas mulheres um estado de inércia e abnegação diante do referido contexto, visto as estratégias por elas implantadas durante o percurso de vida, importante ilustração das resistências e subversões feminina. Tais estratégias que emergem, geralmente, no cotidiano da esfera doméstica, não se apresentam como mudanças radicais e nem estruturais de grande porte, mas se tornam importantes e significativas, ao longo do tempo, em se tratando das relações de gênero, categorias fundamentais de explicação do desenvolvimento social de uma nação (Nussbaum & Sen, 1996; Giddens, 2000).

Sendo assim, a discussão em foco tem por objetivo mostrar as trajetórias de vida de um grupo de trabalhadoras rurais que migraram do interior do Estado de Pernambuco para a capital em busca de trabalho e atualmente são chefes de família e moradoras de um bairro pobre da cidade do Recife². Percorrer tais trajetórias permitiu elucidar os contextos sociais nos quais foram se desenvolvendo o percurso de vida dessas mulheres, destacando a família, o trabalho e seus fatores adjacentes, quais sejam, as condições de pobreza, precarização do trabalho e as estratégias femininas diante dessas experiências.

A exposição e discussão do texto compreendem três momentos, a vida familiar no meio rural, o processo mi-

gratório e a vida e trabalho no meio urbano, destacando as condições de pobreza e trabalho infantil; a formação da família de procriação, enfatizando a sexualidade, gravidez e casamento, e sua relação com o trabalho; e, por fim, o perfil atual como chefes de família na cidade. Observa-se, ainda, o destaque dado às estratégias de sobrevivência, resistência e subversão feminina ao longo das referidas fases de vida e trabalho.

A opção pelas trajetórias, como recurso metodológico, possibilitou que se fizesse referência a situações presentes e passadas do percurso de vida dessas mulheres. Aprender ambas temporalidades tornou possível a verificação de como se estabeleceu o processo de mudanças e permanências, igualdades e desigualdades, principalmente no que se refere às condições de vida, situação de estudo, trabalho e família.

2. O TRABALHO FEMININO NO CONTEXTO RURAL E URBANO: VIOLAÇÃO DE DIREITOS E PRECARIZAÇÃO

Provenientes do meio rural, essas mulheres tiveram como realidade básica desde a infância o trabalho agrícola, a deficiência ou ausência de escolaridade e outras privações comuns às famílias camponesas pobres que, quando muito tinham, era a propriedade da terra que lhes servia tanto de moradia quanto de sustento. Em situações ainda mais precárias nem o local de moradia possuíam, viviam na condição de arrendatários e/ou caseiros, uma espécie de sistema de repartição de bens de consumo e obrigação de trabalho junto aos proprietários da terra.

Os pais eram trabalhadores rurais, sem estudo, com famílias numerosas e filhos, na maioria, analfabetos. Aqueles que conseguiram estudar limitaram-se a um ou dois anos de estudos, o bastante para saber ler e escrever, considerado suficiente para suprir as questões mais práticas do dia a dia. Os filhos mais velhos, tanto homens quanto mulheres, eram os mais sacrificados na família, uma vez que ocupavam a posição de substitutos ou braço direito do pai ou da mãe no trabalho rural.

¹ São áreas de assentamentos habitacionais populares, surgidas espontaneamente a partir de ocupações ou invasões efetivadas em áreas públicas ou privadas. São popularmente conhecidas como favelas e estão situadas, geralmente, em áreas de risco e, grande parte, encontra-se desprovida dos serviços básicos de urbanização e regularização fundiária.

² Trata-se de uma pesquisa (doutorado em sociologia) realizada com mulheres chefes de família residentes nas ZEIS do bairro da Várzea, na cidade do Recife, cuja maioria provinha do meio rural. Para a construção específica desse ensaio foram trabalhados, de forma qualitativa, os dados referentes àquelas de origem rural, perfazendo um total de 19 mulheres. Nas citações apresentadas nesse texto utilizou-se o pseudônimo das entrevistas.

O trabalho representa, além do próprio sustento, um valor moral associado à dignidade e, ainda, um indicativo de masculinidade respaldado no que denominam de 'homem de verdade', 'homem sério, aquele que serve pra ser dono de casa e pai de família' e, de certa forma, também a um modelo de feminilidade que corresponde ao que denominam de 'mulher trabalhadeira, aquela que serve pra casar e cuidar da família'. Pode, assim, configurar-se como bônus referencial para a escolha masculina da mulher ideal para ser esposa e mãe. Ser trabalhador(a), não implica, necessariamente, estar trabalhando, mas ter disposição e coragem para o trabalho, marcas da identidade de homens, mulheres e crianças nesse contexto social (Sarti, 1996; Zaluar, 1994).

O aprendizado em relação ao trabalho agrícola costumava acontecer muito cedo, como parte do processo de socialização e sociabilidade na família. As crianças, ainda, muito pequenas, acompanhavam os pais na lida camponesa e eram, progressivamente, encarregadas de pequenos trabalhos do tipo espalhar e enterrar sementes, regar plantações, arrancar matos, até tarefas de maior porte, que lhes eram atribuídas conforme a idade. Mas nem sempre esse trabalho se caracterizava como simples ajuda familiar, muitas vezes se consubstanciava em trabalho infantil, implicando em sobrecarga de peso, tarefas e obstáculo aos estudos e bem estar dessas crianças (Correia & Gomes, 2003).

O significado do trabalho como elemento de formação do caráter, somado à necessidade de mão de obra para composição da renda familiar acabava colaborando na naturalização do trabalho infantil que se efetivava não só no espaço público, mas no contexto familiar pela via do trabalho doméstico, lócus de difícil identificação, haja vista ser encarado como necessário e 'natural' por fazer parte da rede de reciprocidade e solidariedade que guiam as relações cotidianas nas famílias pobres (Almeida, 2002; Madeira, 1997).

A naturalização do trabalho infantil pôde ser observada nos discursos das entrevistadas, que sempre associavam o crescimento da marginalidade e violência à mudança na criação dos filhos quando comparada a outrora, em que esta era direcionada ao trabalho como geração de responsabilidade. A criação das leis de proteção à criança e ao adolescente são, também, concebidas como algo negativo, um estímulo à violência, consumo de drogas e marginalidade das crianças que, ociosas, acabam inclinam-se por 'caminhos errados' visto que 'mente vazia

é oficina do diabo'.

Observa-se a contradição presente nesses discursos, acima, considerando que elas próprias foram vítimas do trabalho infantil, um dos motivos de terem deixado de estudar, além dos maus-tratos sofridos na condição de trabalhadoras infantis. Outra reclamação presente nos relatos diz respeito à intromissão do Estado junto a questões familiares, campo considerado privado, onde as decisões e atitudes relacionadas a essa cabem somente aos membros que dela fazem parte.

Faz-se necessário ressaltar que, apesar de ser considerada instância privada, a família está entrecortada pelo Estado através das políticas públicas de intervenção e dos mecanismos legais e jurídicos vinculados à defesa dos direitos humanos básicos. No caso do trabalho infantil tratar-se-ia de uma violação desses direitos no seio familiar, ao qual caberia a intervenção pública no resguardo desses direitos e proteção ao menor (Jelin, 1994, 1995).

No entanto, não se pode atribuir somente às famílias a culpabilização do trabalho infantil, sob pena de julgar superficialmente essa problemática social, que também está associada a questões estruturais de caráter mais amplo e que dizem respeito à negligência do poder público no que concerne às condições de sobrevivência, oportunidades de emprego, renda e educação dignas aos cidadãos.

Além do trabalho infantil, as estratégias cotidianas de sobrevivência observadas nessas famílias se estendem a outros aspectos, a exemplo da migração infantil. No meio rural, de onde provinham essas mulheres, era comum a migração dos filhos para a cidade em busca de melhores condições de vida e de trabalho. O emprego doméstico e na construção civil eram os portos mais frequentes de ancoragem nessa empreitada de trabalho.

A ida para a capital, quando crianças e/ou adolescentes, era assegurada pelas redes de amizade e/ou parentesco que funcionavam como indicativos referenciais de emprego e, muitas vezes, de moradia ou hospedagem temporária (Durhan, 1973; Jelin, 1994; Sarti, 1996). A migração tinha como objetivo principal a ajuda financeira à família de origem, seguida da necessidade de auto-sustentação e melhoria de vida, esperada através de novas formas de trabalho e da possibilidade de estudo (Fonseca, 1995).

Na condição de analfabetas, ou com poucos anos de estudos, eram conduzidas, geralmente, ao trabalho de empregadas domésticas ou babás. Paulatinamente, iam

dando adeus ao trabalho rural e introjetando as atividades dos novos ofícios que, de certa forma, já eram atividades que executavam nas suas casas, no contexto rural. No entanto, esse tipo de trabalho, na cidade, tinha especificidades próprias ao estilo de vida urbana.

Era o começo de uma nova fase de vida que requeria, sobretudo, adaptações aos costumes e à forma de vida típica da cidade que se diferenciava do meio rural em alguns aspectos como tipo de alimentação, modos de se vestir, falar, crenças, lazer, utensílios e formas de trabalho, como demonstra essa entrevistada ao dizer que ‘na roça era tudo diferente daqui, porque no interior era panela de barro e aqui é tudo de louça, alumínio, era tudo muito estranho’ (Vitória, 48). Ou, ainda, essa outra que fala da transição e aprendizado ao estilo urbano, ‘lá no interior eu trabalhava em roçado, plantação, essas coisas, eu vim pra cá trabalhar em casa de família, e o que eu sabia fazer era na roça, né, aí ela (patroa) foi me ensinando’ (Magali, 35).

O período que correspondia à chegada e adaptação na casa das famílias onde iam trabalhar constituía-se numa fase de estranhamento, surpresa e motivos de gracejos para ambos, patrões e empregadas. O não saber lidar, ainda, com o estilo de vida urbano fazia com que elas fossem taxadas de ‘matutas’ não só pelos patrões, mas por elas próprias. Aquelas que já estavam na cidade há algum tempo ou que estiveram e retornaram à terra natal, seja porque ficaram desempregadas ou porque foram a passeio, eram consideradas no contexto de origem ‘sabidas’.

Dentre os aspectos que as colocavam no cabedal de ‘matutas’ ou ‘cabocas’ estava a postura corporal encolhida, olhar cabisbaixo, espanto ou sorriso diante do desconhecido, vocabulário caipira, desconhecimento da leitura, da escrita e do valor do dinheiro. A esse respeito, era comum ouvirem frases do tipo ‘ainda é matuta, não conhece nem dinheiro’ ou ‘não sabe falar, ainda é caboca’.

Já os aspectos que as caracterizavam como ‘sabidas’ estavam associados a um certo desarmamento que iam adquirindo com o passar do tempo e que se revelava numa maior desenvoltura no falar, manipulação e habilidade com eletrodomésticos e eletroeletrônicos, novos hábitos e estilos de vida, como essa entrevistada que diz ‘minha irmã já fazia tempo que morava e trabalhava na cidade, ela já sabia muita coisa, não era mais caboca, sabe como é? Oxe, tudo ela sabia, o povo do interior ficava tudo besta de ver ela’. (Helenita, 32).

Porém, havia uma certa dosagem de aceitação e repul-

sa no que se refere a serem consideradas ‘sabidas’ para os conterrâneos. Uma noção limítrofe que, se ultrapassada, pelo desconhecimento das próprias raízes, não mais estaria associada a admiração no contexto rural, mas a indiferença e rejeição através dos termos ‘posudas’ ou ‘cheias de dedo’, denominações dada àquelas que desvalorizavam os costumes da terra natal ou que criticavam o modo de viver e fazer dos conterrâneos. Nesse sentido, não se desprender dos hábitos e costumes locais tornava-se fundamental para que pudessem, ainda, ser consideradas como iguais, mesmo com as diferenças e influências do estilo de vida urbana (Durhan, 1973).

As casas dos patrões passavam a ser as suas casas e referências quando empregadas na condição de crianças e/ou adolescentes. A menor idade com que saíam para trabalhar fora de casa era sete anos, destacando-se a idade de doze anos como a de maior incidência de migração. Os patrões eram, também, os seus responsáveis diretos na cidade, substituindo os pais biológicos em termos de autoridade e certos cuidados, o que implicava, respectivamente, poder de mando, castigos, alimentação e moradia.

Morar no local de trabalho não era uma situação exclusiva daquelas menores de idade. Embora estando de maior idade, elas continuavam morando na casa dos patrões, visto que essa era a referência e abrigo que tinham na cidade. Somado a isso, havia uma cultura de emprego doméstico associado ao trabalho serviçal ou escravo, no sentido de uma jornada ilimitada, ausência de direitos e desrespeito ao empregado.

Dormir no emprego significava uma maior carga de trabalho e falta de privacidade, como se pode verificar no relato dessa entrevistada que associa tal situação a um ciclo ininterrupto de trabalho, ‘olhe, realmente o melhor é a pessoa ir pra casa, porque por mais que seja boa a patroa, a gente se sente mais escravizada, não tem hora pra dormir, não tem hora pra acordar. Aliás, tem hora pra acordar, não tem hora pra dormir! (Dorina, 46)’.

A doação dos filhos era outra situação que ocorria com certa frequência no contexto da família de origem dessas mulheres. Aquelas que começaram a trabalhar muito novas foram dadas por seus pais a essas famílias, alegando a dificuldade financeira de criá-las e o desejo de vê-las numa condição melhor de vida. Algumas vezes, essa doação podia estar associada à morte, doença ou separação dos pais. Também podia ser endereçada a parentes, situação comum nos casos em que as famílias

eram muito pobres, o marido tinha abandonado o lar e a mulher tinha que se deslocar para trabalhar numa localidade próxima ou tinha muitos filhos (Salem, 1981; Hita, 2004; Fonseca, 1995, 2000)³.

As meninas eram as preferidas para a adoção, devido à associação dessas ao trabalho doméstico. As recordações de terem sido dadas pelas mães a outras famílias não são boas, guardam profundos ressentimentos, enfatizando o sacrilégio cometido pelas genitoras no abandono dos filhos e se mostrando avessas a tais atitudes. Por trás dessa prática de doação estava implícita a troca de trabalho por alimentação e roupas (Salem, 1981). Os ganhos, geralmente, se constituíam na forma de ‘agrados’ ou pequenas quantias em dinheiro. Mesmo com ganhos irrisórios, o fato de estarem se alimentando, morando de forma melhor e podendo ajudar a família era considerada uma situação boa, se comparada à vida que levavam no meio rural.

Não havia, por parte dos patrões, o incentivo ao estudo, como afirma essa moradora ao dizer que ‘naquele tempo ninguém não queria saber de empregada estudar não, empregada era escravo’ (Neuma, 63). Estudar significava conhecer seus direitos, principalmente no que se refere ao trabalho, isso implicava reivindicações de maiores salários e direitos trabalhistas o que, provavelmente, não era uma situação confortável para os patrões, já que não pagavam salários e, ainda, as sobrecarregavam de trabalho.

O emprego doméstico, atividade exercida no interior dos domicílios e no ambiente familiar, acabava proporcionando relações mais próximas, porém nem sempre amistosas, entre patrão e empregada. As patroas aparecem como figuras marcantes nas trajetórias de vida dessas mulheres, sendo representadas sob dois ângulos. Quando a referência é o trabalho infantil, fase em que eram humilhadas e maltratadas, as patroas são vistas como pessoas ruins e perversas, como diz essa entrevistada, ‘(...) eu me lembro de uma vez que ela pegou, só porque eu calcei o sapato da filha errado, ela pegou e meteu o sapato na minha cabeça’ (Valda, 24 anos).

Quando a referência é o emprego doméstico, exercido na fase adulta e mais recente, as patroas são vistas como pessoas boas e compreensivas (Salem, 1981). Uma

espécie de ‘fada madrinha’ que oferece suporte material, financeiro e apoio moral, aparecendo, muitas vezes, como ‘uma benção de Deus’ e outras como ‘fonte de desabafos’, como demonstra essa mulher ao dizer: ‘Todos na casa são bons comigo, me tratam como da família, me ajudam muito. Quando eu tô, assim, triste e calada, ela pergunta logo o que foi e eu acabo desabafando e chorando ali mesmo e aí aquilo vai passando’ (Elis, 38).

Como trabalhadoras adultas continuaram atuando, praticamente, nas mesmas atividades de antes, muitas morando, ainda, no local de trabalho e na condição de trabalhadoras informais. A diferença em relação à condição anterior de trabalhadoras infantis, é que os salários passaram a ser maiores, a ser pagos em dinheiro e entregue a elas próprias, fase que possuem mais autonomia sobre os seus ganhos e usufruto, permanecendo, ainda, a ajuda financeira à família de origem. Nessa fase, também, diminuem os maus tratos praticados pelos patrões.

Outro fato observado nessa fase adulta de trabalho na cidade é a solidificação das redes de amizade que foram construindo e a aquisição de um certo domínio do espaço geográfico, fatores que as tornavam mais seguras e autônomas, inclusive não só para mudar de emprego com maior frequência, mas também mostrar descontentamento com os baixos salários, sobrecarga de trabalho, grosserias e humilhações sofridas.

As saídas e conversas com as amigas que atuavam na mesma atividade de trabalho constituíam-se em importantes espaços de sociabilidade, onde trocavam informações e experiências a respeito da vida, das pessoas e do próprio trabalho. Onde, também, adquiriam conhecimento sobre os seus direitos e aprendiam a ser mais ágeis no trabalho. Nesses encontros também compartilhavam as experiências afetivas e as estratégias utilizadas para burlar a autoridade e vigilância dos patrões em relação a execução do trabalho e às saídas noturnas (Scott, 2002).

Ao longo do tempo, essas trabalhadoras rurais antes consideradas ‘matutas’, vão se tornando ‘sabidas’ e ao mesmo tempo ‘incômodas’ aos patrões, como desabafa essa entrevistada ao ouvir a patroa falando dela: ‘enquanto eu era bestinha, ela achava bom que só, muntava de cangaia em cima de mim, mas depois que eu comecei a achar ruim, a não temer, aí ela vêi dizer pra mim, oia, tu

³ Hita (2004), Fonseca (1995; 2000) e Salem (1981) mostraram em seus estudos sobre famílias pobres, respectivamente, no nordeste, sul e sudeste do país, a prática de doação ‘ou circulação de crianças’ inserida numa grande rede de sociabilidade que inclui vizinhos, parentes e conhecidos, enfatizando a questão da responsabilidade coletiva e condições precárias de vida.

tá muito saidinha, não venha botar as manguinha de fora não, visse!’ (Elis, 34).

A relação entre estudo e trabalho, nessa fase de trabalhadoras urbanas e adultas, continuou insatisfatória e não harmoniosa, só que agora a proibição dos padrões era algo que acontecia de forma mais frágil. Por serem maiores de idade, havia uma certa autonomia em relação à iniciativa de estudar no horário noturno. No entanto, a maioria não iniciou ou prosseguiu os estudos, justificando que não conseguiam conciliá-los com o emprego devido ao cansaço.

Mas essa justificativa acopla outra alegação que era o envolvimento com namoros. No horário noturno, período de folga do trabalho, preferiam investir nas paqueras. Não havia atração pelo estudo como havia pela diversão ou namoro e nem estudar era uma prática naturalizada para empregadas domésticas. Algumas que tentaram (re)iniciar os estudos utilizavam-no como estratégia para assegurar as saídas noturnas.

O quadro geral de formação dessas mulheres indica a predominância de um baixo nível de escolaridade, a maioria é analfabeta, seguida daquelas que se encontram no intervalo correspondente ao ensino fundamental I⁴. Tal situação é responsável pelo baixo grau de especialização junto ao mercado de trabalho o que, por sua vez, acaba diminuindo-lhes as oportunidades de melhores empregos, ocupações e salários (Pochmann, 2001).

Os motivos que as levaram a não terem estudado ou terem parado de estudar são diversos, entre eles encontra-se a inexistência de escola, proibição do pai, casamento, gravidez, dificuldade de aprendizagem, falta de interesse e conflitos familiares. Observa-se, no entanto, que o principal motivo está relacionado ao trabalho, que apareceu sob diversas formas estando essas associadas às fases de vida e as precárias condições socioeconômicas⁵.

O trabalho agrícola apareceu como principal motivo do analfabetismo feminino. É considerado prioritário no contexto rural, visto que a sobrevivência e a manutenção da família dependiam fundamentalmente dele. Nesse sentido, o estudo era considerado secundário como projeto de vida familiar quando comparado ao trabalho. O reflexo de tal realidade era a naturalização da prática de não estudarem. Já aquelas que começaram a estudar e

pararam alegraram a difícil conciliação entre a escola e o trabalho rural e entre a escola e o emprego doméstico, referindo-se, respectivamente, à fase em que viviam no meio rural e outra em que já viviam na cidade.

Outros motivos, como o casamento e a gravidez também apareceram como obstáculos de continuidade aos estudos, referindo-se às responsabilidades que assumiram como donas de casa, esposas e mães na formação da família de procriação. Além disso, ainda, contavam com maridos que nem sempre aceitavam bem a idéia de estudarem, o que significava estar mais tempo fora de casa, conhecer novas pessoas e aprender outras coisas, fatores que se apresentavam como ameaça à autoridade, vigilância e controle masculinos (PREFEITURA/FAGES, 2003).

3. FORMAÇÃO DA FAMÍLIA DE PROCRIAÇÃO: A SEXUALIDADE, A GRAVIDEZ, O CASAMENTO E A RELAÇÃO COM O TRABALHO

A trajetória que culmina com a formação da família de procriação não se dá de forma linear e nem pelo cumprimento das etapas tradicionais e sucessivas do namoro. Casamento e gravidez, ao contrário, constituem-se numa multiplicidade de situações onde há a antecipação de umas etapas em relação às outras, estando associadas às diversas fases da vida, trabalho e contexto de origem. O quadro diversificado de significados e motivos geradores da formação da família inclui, em geral, questões relacionadas ao desconhecimento feminino sobre a sexualidade, a gravidez não planejada e a expectativa de casamento enquanto mudança de vida e de trabalho.

Quando pensada numa fase mais adulta da vida, na condição de trabalhadoras urbanas e morando na casa dos padrões, a formação da família surgia como um anseio por mais liberdade e autonomia, uma possibilidade de livrar-se dos maus-tratos e humilhações sofridas no trabalho. O namoro e a união conjugal eram os passos iniciais nessa empreitada de ‘sair da casa dos outros’ ou ‘deixar de trabalhar no fogão dos outros’.

Desse modo, o sexo e a gravidez podiam acontecer, intencionalmente, como estratégias de obter a união conjugal, pausa ou parada no trabalho, somada ao desejo de

⁴ O ensino fundamental I corresponde o intervalo da 1ª a 4ª série primária.

⁵ Essa realidade e causas semelhantes, também, apareceram nos achados da pesquisa realizada pela PREFEITURA/FAGES (2003) sobre mulheres analfabetas no Recife.

trabalhar para si, ter a própria casa e filhos. Nesse momento, as relações sexuais e a gravidez passam a se constituir em instrumentos de poder de barganha dessas mulheres para prender os companheiros (Salem, 2004; Carvalho & Cravo, 1988; Woortmann, 1987).

Isso implica dizer que a formação da família não necessariamente vinha acompanhada de sentimentos de amor ou paixão, podia representar um arranjo econômico visando suprir necessidades materiais e financeiras ou, ainda, descontentamento do tipo de trabalho que exerciam em determinado momento da vida, apostando na possibilidade dos pretendentes ou namorados vir a supri-las financeiramente ou aliviá-las da carga de trabalho.

Observa-se que, nessa investida feminina de união conjugal como suporte material ou financeiro, onde as relações de afetividade pareciam, a priori, frágeis e previstas para uma curta duração, acabavam se solidificando, no decorrer do tempo, e gerando sentimentos mais profundos e uma longa união.

Os namorados e/ou futuros companheiros, em geral, possuíam níveis socioeconômicos e de escolaridade semelhantes aos delas como, também, histórias e trajetórias de vida associadas a um contexto de pobreza, trabalho infantil e migração urbana. Como trabalhadores estavam e estão, ainda hoje, inseridos em formas precarizadas de trabalho e atuando na informalidade, situação semelhante a delas no mercado de trabalho, diferenciando-se, porém, em relação a uma maior duração na condição de desempregados (Montali, 2004).

Ter iniciado as relações sexuais ou como dizem ‘se perder’ ou ‘se entregar’, no período do namoro, era motivo de falatórios na vizinhança e conflitos no interior da família de origem. Ao relatarem sobre as primeiras experiências sexuais, confessaram não terem conhecimento sobre a sexualidade e métodos contraceptivos. A alegação de desconhecimento era complementada com a justificativa de terem sido enganadas e pressionadas pelos companheiros a cometerem o ato sexual. A primeira relação sexual sempre é remetida a um ato brutal efetivado pela insistência desenfreada dos parceiros e o consentimento delas com receio de perdê-los (Salem, 2004).

Esses discursos podem ser analisados como utilização de estratégias femininas de vitimização diante da não aprovação de determinadas práticas no contexto social e familiar. Ao culpabilizar os namorados e se mostrarem desconhecedoras e inocentes frente à situação acabam, estrategicamente, se protegendo e se isentando da culpa

através da artimanha de parecerem meros objetos e não agentes do processo, o que, de certa forma, está também associado à representação da sexualidade no contexto popular, onde homens e mulheres são submetidos a regimes sexuais diferenciados.

A sexualidade masculina é construída em termos de uma ‘teoria sexual pulsional’, onde a necessidade e a vontade se interconectam, freqüentemente, produzindo um desejo incontrollável e urgente que precisa ser descarregado para não gerar ‘perturbação’, enquanto a sexualidade feminina é construída sob a representação associada ao autocontrole e à vinculação do sexo ao sentimento e emoção (Salem, 2004).

Havia, de fato, a falta de informações sobre a sexualidade e métodos contraceptivos, pois, no contexto rural, a criação e socialização dos filhos estavam pautados em moldes mais tradicionais. Além disso, os pais geralmente eram analfabetos ou possuíam baixo grau de escolaridade e os serviços de saúde pública eram de difícil acesso e extremamente escassos, e quando existiam, cumpriam finalidades, simplesmente, curativas e não preventivas ou educativas. Além desses fatores faz-se necessário, também, considerar a lógica de ordenação das práticas e valores no contexto popular, a autonomia cultural e as formas como se processam as relações de gênero nessas camadas.

Sendo assim, a gravidez, um aspecto de destaque no percurso de vida dessas mulheres rurais e elemento importante na formação da família, pode ser atribuída aos fatores já comentados acima, mas também ao desejo intencional de formar uma família, visando melhorias de vida e de trabalho. Na família de origem e na vizinhança, a notícia da gravidez sem casamento ou companheiros fixos era motivo de discriminações, humilhações e até difamação pública. O maior constrangimento moral dessa situação cabia aos pais que, geralmente, eram acusados de negligentes por terem criado as filhas de modo inadequado. Mas o peso maior dessa ‘culpa’ era atribuído às mães pelo fato de, tradicionalmente, caber-lhes o papel de cuidar da casa e da família e ao homem mantê-la sob controle (Scott, 1990).

Quando essa situação se apresentava em famílias monoparentais, o acontecido era justificado, quase sempre, pela ausência masculina no domicílio, sob a premissa de que ‘em casa que não tem homem os filhos acabam não prestando’ evidenciando, assim, a importância da presença masculina como autoridade e representação moral da

família (Sarti, 1996; Carvalho & Cravo, 1988; Fonseca, 2000; Salem 1981).

A pressão ou intermediação da família de origem junto ao suposto pai da criança para que se casasse com a filha ou mesmo assumisse a paternidade nem sempre surtia efeitos. Quando os relacionamentos afetivos eram recentes, sem fortes vínculos amorosos e de pouca aproximação com a família da namorada, geralmente, não costumavam assumir a paternidade ou a união conjugal, ausentando-se da localidade onde residiam alegando novas oportunidades de emprego (Monteiro, 1999; Salem 2004).

Nesse sentido, a migração masculina representava estratégias de não comprometimento com relações fixas, principalmente, diante de companheiras consideradas ocasionais, o que significava não terem que cumprir o papel de provedores da família e nem se responsabilizarem moralmente por essa, o que, muitas vezes, acabava levando à ocorrência de chefia feminina (Scott, 1990; Macedo, 2001).

Nessas situações, a avó era quem passava a criar e cuidar de fato dos netos, desenvolvendo sobre estes fortes laços afetivos e de autoridade, considerando que, na família é ela quem concentra e redistribui os recursos, realoca a nova família no espaço domiciliar e exerce a função de socializadora e mediadora (Neves, 1984; Almeida, 2002).

A família de origem representa uma espécie de porto de ancoragem, seja na situação de gravidez, separação, migração masculina ou morte dos companheiros. A cada (re) ingresso dessas mulheres no mercado de trabalho, principalmente quando separadas ou solteiras com filhos as requisições de ajuda junto à rede de parentesco são acionadas ou acentuadas.

No que diz respeito à relação gravidez-trabalho as situações são diversificadas. Quando solteiras que engravidavam e já estavam trabalhando, podiam permanecer ou sair do emprego, dependendo do tempo de trabalho e grau de aproximação com os patrões. Se possuíam pouco tempo e um relacionamento distante com os patrões, era mais comum serem demitidas, mas se possuíam muito tempo de trabalho e relações próximas e amistosas com estes permaneciam no emprego e, ainda, recebiam ajuda.

A situação de gravidez, ou de filhos recém-nascidos e

pequenos, tornava e torna a posição dessas mulheres no mercado de trabalho marcada por períodos alternados de ingressos e saídas. Observa-se, então, que essa participação feminina não é determinada só pelas condições do mercado, mas pela relação que mantém com a família que, por sua vez, está vinculada ao ciclo de vida familiar e a condição de maternidade. (Bruschini & Lombardi, 2003; Bruschini, 2000, 1994; Oliveira, 1992; Salem, 1981).

O casamento é outro aspecto através do qual se pode compreender a relação trabalho-família. Havia, por parte de alguns maridos, a proibição de continuarem trabalhando depois de casadas. Permitir que permanecessem no emprego significava uma evidência da incapacidade masculina de provisão familiar e menor controle sobre elas, visto que o trabalho permitia que não estivessem integralmente presas à esfera doméstica e dependessem cada vez menos, em termos financeiros, dos companheiros.

No entanto, essa proibição não vigorava 'eternamente'. Era revogada, meio a contragosto dos maridos, quando a situação financeira familiar se tornava muito precária, a exemplo de quando ficavam desempregados ou seus ganhos, provenientes de bicos, não eram constantes e nem suficientes para a manutenção mínima da família. Nessa situação, costumavam utilizar-se de estratégias de convencimento junto aos companheiros para retornarem ou ingressarem ao trabalho, tentando sensibilizá-los no tocante às necessidades e melhoria de vida para os filhos⁶.

Outro motivo forte de ingresso ou reingresso ao trabalho, depois de casadas, acontecia quando os maridos, além da condição de desempregados ou de ganhos incertos e insuficientes, se entregavam à prática da bebida. O que representava um desandar não só nas questões familiares, mas profissionais. A partir daí entravam em ação em prol dos filhos, tomando a iniciativa de trabalharem para complementar ou mesmo prover economicamente a família, resistindo aos conflitos que podiam ser gerados na esfera doméstica.

Os maridos, quando comparados aos filhos, aparecem em segundo plano, principalmente nas uniões subsequentes à primeira, a partir da qual passam a desencantar-se pela procura de um tipo ideal de homem. Tal centralização nos filhos é, também, reflexo dos papéis tradicionais de gênero na família que faz da maternida-

⁶ As situações de resistência masculina ao trabalho feminino estavam, geralmente, associadas à primeira união conjugal. Scott (1990), de forma semelhante, mostrou em seu estudo sobre a percepção masculina no domínio doméstico em famílias pobres, que essa resistência se reduzia nas uniões conjugais subsequentes à primeira.

de um atestado 'eterno' de responsabilidade. Nessa lógica, o abandono do pai em relação aos filhos não é tão danoso e discriminado quanto o da mãe, considerado uma espécie de excomunicação familiar.

A importância dada aos filhos fica evidente através das justificativas de (re) ingresso feminino ao mercado de trabalho e destino dos seus rendimentos (Oliveira, 1992; Bruschini & Lombardi, 2003). Desejam para eles uma trajetória de vida diferente daquela que viveram. São pensados como bens e valores simbólicos permanentes que estão além dos relacionamentos afetivos, confirmados na lógica de que os amores e relações conjugais são passageiros e podem ser substituídos, enquanto os filhos são para sempre, para a vida toda (Salem, 1981; Woortmann, 1987).

Trabalhar, ou mesmo prover economicamente a família, diante de uma situação de crise financeira e moral na família, não era tarefa fácil, só acentuava os conflitos já existentes em relação à figura masculina que passava a ser desmoralizada e tinha o seu caráter abalado frente ao não cumprimento da provisão econômica e dependência alcoólica induzindo, muitas vezes, à situação de violência doméstica.

É comum nas suas experiências conjugais terem tido mais de uma união. Em geral, são experiências muito diversificadas em termos da duração. Embora se possa dizer que as uniões mais duradouras estão associadas às mulheres mais velhas, que estão na primeira união e com filhos do mesmo companheiro, não existe uma causa única que determine uma curta ou longa duração. Em geral, se observa que as mulheres que se encontram em uniões mais duradouras são aquelas que tem posturas e valores mais tradicionais.

Quando se trata da separação, geralmente, são as mulheres que tomam a iniciativa e decisão. Alguns aspectos são apontados como motivos das separações, a exemplo das agressões físicas, traições e ingestão de bebida alcoólica. Independente das uniões serem duradouras ou curtas, comumente, essas se processam num cotidiano de brigas, acusações, alegações e agressões físicas e verbais. Tais desavenças, freqüentemente, se tornam públicas e tem a interferência de parentes, amigos ou vizinhos.

Essa publicização das relações conjugais é facilitada pela frágil estrutura e falta de privacidade das moradias que acabam proporcionando a exposição dos problemas íntimos do casal à rede de vizinhança mais próxima. Outro fator de propagação refere-se aos fortes laços de co-

municabilidade e integração social que fazem parte do *habitus* e do estilo de vida dos indivíduos nesse contexto social, onde rodas de conversas e fofocas se constituem como focos de divulgação e conflitos (Bourdieu, 1994; Fonseca, 2000).

A agressão física, praticada pelos maridos ou companheiros, é uma modalidade de violência bastante forte e freqüente na vida dessas mulheres, seja nas relações conjugais passadas e/ou atuais. Essa aparece, geralmente, associada ao ciúme, traição e desemprego masculino, mas principalmente à dependência alcoólica. Vale observar que esses fatores não devem ser tomados, necessariamente, como causalidade de uns sobre os outros e sim pensados como resultado de uma cadeia plural e concomitante de mecanismos que envolvem tanto aspectos sociais como individuais.

Tais mecanismos incluem o contexto social de pobreza que remete a uma situação 'permanente' de desemprego e subemprego masculino; a introjeção de um modelo de masculinidade pautado na provisão econômica e autoridade familiar; e a própria forma individual de ser e de lidar com as adversidades e dificuldades da vida.

As agressões sofridas representam para elas uma dor na alma e no corpo, visto que comportam um conjunto de outras modalidades de violência que são, freqüentemente, utilizadas pelos companheiros ao longo da convivência marital, a exemplo das ameaças, violência patrimonial e violência psicológica, esta última considerada uma das mais graves, por não se constituir numa dor passageira como aquela que experimentam na agressão física, mas numa dor permanente que atinge a conduta moral, honra e dignidade (Safiotti, 2004, 2001; Teles & Melo, 2002).

A maneira violenta de agir dos companheiros é inexistente ou desconhecida para elas no início da relação conjugal. Começam a aparecer, geralmente, a partir do primeiro filho. Um dos fatores que pode indicar esse desconhecimento pode estar associado ao curto período entre o conhecer e unir-se aos companheiros, seja pelo fato de estarem grávidas ou pela urgência de formarem a própria família, visando mudar de vida e de trabalho.

As práticas violentas são responsáveis por grande parte das separações. Na maioria das vezes, são elas que tomam a iniciativa. O desemprego masculino, a bebida alcoólica, a violência e a traição se apresentam como motivos centrais. Uma situação difícil de administrar, pois, além de proverem a família e continuarem respon-

sáveis pela casa e filhos ainda têm que conviverem com uma situação de violência diária praticada pelos companheiros.

Esse quadro de desemprego dos companheiros, acompanhado à ingestão de bebida alcoólica e traição, traz uma perda gradativa da autoridade e respeito masculino no contexto familiar, tornando cada vez mais frequentes os conflitos conjugais, até acontecer a ruptura de fato (Neves, 1984). A decisão de separar-se é algo maturado durante bom tempo de convivência e sofrimento, onde tentam ponderar as conseqüências de uma atitude mais radical. Essa ponderação está associada ao fato de serem, em determinados momentos da vida conjugal, dependentes financeiras dos maridos, ou pelo receio de tocarem a vida sozinhas com os filhos na condição de separadas (Sarti, 1996).

Algumas mulheres, mesmo sofrendo violência física, continuam casadas. Trata-se, geralmente, daquelas que possuem uma visão mais tradicional de família e casamento, entendido como eterno ou indissolúvel. A partir dessa visão de indissolubilidade da família, rejeitam a concepção de terem filhos de pais diferentes. Há, ainda, nesse grupo, as justificativas de não se separarem por não terem para onde ir com os filhos, além de temerem aumentar o grau de violência já instalado na família.

A agressão física é motivo não só de vergonha, mas de ocultação perante a esfera pública, visto que se sentem desmoralizadas e desvalorizadas diante de tal situação. Como diz Jelin (1994), é algo que não se costuma falar, é secreto, vergonhoso. A ocultação garante, em parte, que a desmoralização e a humilhação das agressões se restrinjam ao espaço da casa, ficando sob os auspícios da família, o que de certa maneira, acaba corroborando para a manutenção da situação de violência.

Além da ocultação, que se configura como uma prática feminina mais conservadora, situação semelhante é percebida em relação à denúncia que aparece de forma muito débil no conjunto das entrevistadas. As práticas de violência física costumam estar inscritas e serem resolvidas no âmbito do domicílio. Algumas vezes, quando acontece de darem queixa esta é retirada na delegacia ou posteriormente. Os motivos que as levam a agir dessa forma são diversos e inclui o envolvimento afetivo, a esperança de que os companheiros mudem, o remorso de serem as denunciantes da prisão do pai dos seus filhos, o medo das ameaças de morte somado à fragilidade do sistema de leis de segurança pública que, além de permitir

um breve retorno dos agressores ao seio familiar não os impedem de reincidir nas práticas de violência.

Essa espécie de brandura oficial em relação a punição contra o agressor, faz com que as mulheres fiquem descrentes da sua solução pelas vias operacionais dos sistemas públicos de segurança e proteção ao indivíduo. Há que se notificar que a recente Lei Maria da Penha, de nº 11.340, sancionada em 07/08/06, pelo Presidente da República, já traz instrumentos punitivos mais severos para os agressores e um entendimento mais amplo sobre as dimensões que envolvem as práticas de violência doméstica.

Outras mulheres admitem não investirem na denúncia devido a desmoralização pública que possam vir a sofrer no caso de voltarem atrás e os aceitarem de volta. Nesse sentido, é menos vergonhoso agüentar as agressões e passar por vítimas ou bobas no imaginário popular, do que passar por 'sem-vergonhas' ou 'safadas', ao denunciar os maridos e logo depois estar com eles, um descredenciamento moral junto à rede de vizinhança, amizade e parentesco.

No âmbito do espaço doméstico onde, majoritariamente, acontecem as agressões físicas, se percebeu, em geral, dois tipos de reações femininas frente a violência, trata-se das *práticas moderadas e radicais*. No primeiro tipo se encontra o grupo de mulheres que não costumam revidar as agressões físicas, suas estratégias se pautam mais no esquivamento, serenidade e paciência. No segundo tipo estão as reações de caráter mais radical, onde costumam reclamar, discutir e revidar.

Há que se ressaltar que a violência contra essas mulheres percorre as diversas fases das suas trajetórias de vida e se apresenta em diversas modalidades, iniciando na infância e adolescência, através dos maus-tratos físicos e verbais sofridos na condição de trabalhadoras infantis, passando pelas práticas e/ou tentativas de abuso sexual e agressões físicas, praticados por pessoas conhecidas, próximas, ou da família (vizinhos, pais, parentes, companheiros, patrão), o que torna difícil a denúncia, haja vista o vínculo afetivo e/ou dependência econômica que se estabelece entre agressor e agredido.

Terem sido vítimas de *abuso sexual* na infância ou adolescência deixou marcas profundas e permanentes na vida dessas mulheres, não só pela lembrança traumática do ato em si, mas pelas conseqüências e decepções que este gerou. A descrença e o descaso da mãe em relação ao ato praticado pelo pai, somado à culpa atribuída a elas pelo

ocorrido, além do preconceito e vigilância comportamental que lhes eram imputados, tornava essa uma dor ainda mais intensa.

As reações à violência sexual sofrida na infância e adolescência são de dois tipos, uma em que compensavam a baixa-estima através da aceitação e usufruto da condição de 'perdida' da qual procuravam tirar vantagens através de uma vida amorosa-profissional, algumas como garotas de programa, outras como amantes de homens casados. Outra em que se afastavam de tudo que pudessem lembrar o fato, principalmente no que se refere ao praticante. Se foram abusadas sexualmente pelos pais, passavam não só a desconsiderá-los e ignorá-los, mas supervalorizar aspectos relativos ao caráter e moralidade do papel de pai e relação à família e, sobretudo, aos filhos, incluindo o respeito e a intocabilidade sexual.

Observa-se, em geral, que os dois grupos de mulheres com práticas diferenciadas em relação a experiência de violência sexual têm em comum a vigilância e desconfiança permanente em relação aos homens como consequência do trauma vivido, seja no que se refere às próximas uniões conjugais ou aos filhos de uniões anteriores (Scott, 1990).

4. O PERFIL ATUAL DE CHEFES DE FAMÍLIA NAS ZEIS DO BAIRRO VÁRZEA

Embora não seja possível traçar uma linearidade e gradatividade em torno das trajetórias de vida e de trabalho dessas mulheres, se pode perceber que, ao longo do tempo, essas mulheres foram passando de trabalhadoras rurais e ajudantes da família de origem, a provedoras principais ou únicas da família de procriação no meio urbano. Atualmente, aquelas que dividem a provisão econômica com os companheiros, possuem os ganhos mais representativos e certos do domicílio, não porque sejam provenientes de empregos mais estáveis e mais bem remunerados, mas devido à característica polivalente e flexível das atividades que desempenham como trabalho (Bruschini & Lombardi, 2003; Montali, 2004).

Mesmo concretizada a condição atual de provedoras econômicas da família, estando esta presente em grande parte das suas trajetória de vida, há que se frisar que não

se trata de uma situação contínua e permanente. As histórias de vida mostraram que, em determinados períodos ou fases da vida, elas se encontravam na condição de provedoras, em outros estavam dividindo a provisão com os maridos, e em outros se encontravam na condição de dependentes financeiras (Fonseca, 1987).

O grupo pesquisado dessas antigas trabalhadoras rurais, hoje trabalhadoras urbanas e chefes de família são, na maioria, de cor parda, separadas, católicas, com médias de idade em torno dos quarenta anos, média de quatro filhos e cinco pessoas por domicílio, destacando-se o arranjo monoparental. A média dos rendimentos gira em torno de R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais) e a média da renda familiar é de R\$ 214,00 (duzentos e quatorze reais)⁷.

Os ganhos provenientes do trabalho são direcionados à sobrevivência familiar que significa, basicamente, manter a alimentação diária da família e as condições precárias de moradia (Salem, 1981). As regras de admissão ao emprego são estabelecidas através de um acordo meramente informal entre contratante e contratado. Os patrões ou empregadores são, geralmente, de classe média. O local do emprego fica, relativamente, próximo às suas residências. A maioria trabalha no bairro onde mora, evitando as despesas com transporte.

Dentre as atividades que desempenham como trabalhadoras destacam-se as de empregada doméstica e faxineira. Outras atividades aparecem em menor proporção como a de lavadeira, cozinheira, vendedora ambulante, camareira, copeira e catadora de lixo. O conjunto geral de atividades desempenhadas como trabalhadoras caracteriza um quadro geral de feminização das ocupações (Bruschini, 2000; Bruschini & Lombardi, 2003; Abramo, 2000; Hirata, 2002; Bourdieu, 2002; Roazzi, 1995).

Além da tendência de feminização, outro aspecto de destaque em relação é a precarização e informalidade, confirmando os dados bastante difundidos na literatura sobre trabalho feminino em camadas pobres (Bruschini, 2000; Abramo, 2000; Hirata, 2002; Lavinias, 1996; Antunes, 2001). A maioria trabalha sem carteira assinada, sem salário mínimo e outros direitos trabalhistas. As poucas que ganham salário mínimo não possuem carteira assinada, como no caso das empregadas domésticas, consideradas, entre as ocupações, a mais estável em termos de

⁷ O salário mínimo de referência nacional durante o período de coleta dos dados era de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).

durabilidade no emprego.

Outra característica é a diversidade de atividades que desempenham ao mesmo tempo, cujo propósito é compensar a instabilidade de trabalho diário e os baixos rendimentos (Neves, 2000). Algumas atividades são efetivadas, parcialmente ou integralmente, em suas próprias casas, caracterizando-se como trabalho domiciliar (Bruschini & Ridenti, 1993; Silva, 1979). O que, de certa forma, indica estratégias de conciliação do trabalho e família (Bruschini & Ridenti, 1993; Salém, 1981).

Esse caráter conciliatório entre trabalho remunerado e doméstico, não caracteriza melhores salários e ocupações. Ao contrário, evidencia precarização, sobrecarga e gutetização de ocupações (Neves, 2000; Abramo, 2000; Hirata, 2001; Bruschini & Lombardi, 2003; Sarti, 1997).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias de vida dessas antigas trabalhadoras rurais, hoje trabalhadoras informais e chefes de família no contexto urbano, evidenciaram um contínuo de vulnerabilidades que vão sedimentando ao longo do tempo. As condições extremas de precariedades vivenciadas no contexto familiar de origem as conduziram ao trabalho agrícola ainda crianças instituindo, inicialmente, o trabalho infantil no meio rural e a sua, posterior, transferência para a capital através do processo de migração, ambos caracterizados pela exploração e violação de direitos.

O processo de migração para a cidade trouxe adaptações e reformulações dos saberes tradicionais rurais para um estilo de vida e trabalho urbano onde passaram de 'matutas' a 'sabidas'. Saberes novos que deveriam se interconectar com saberes tradicionais na forma de reconhecimento e valorização das próprias raízes e cultura, sob a ameaça de não pertencimento ao lócus de origem pelos conterrâneos.

O quadro geral de precariedades, traduzido nas condições de pobreza, gerou como conseqüência o analfabetismo e baixo nível de escolaridade. O trabalho se estabeleceu como maior obstáculo, apresentado tanto no contexto rural como urbano e sob as mais diversas modalidades. Outros fatores também se apresentaram como obstáculos ou interrupção aos estudos, a exemplo da inexistência de escolas, proibição dos pais e gravidez.

O trabalho, em geral, se constitui numa questão pri-

meira de sobrevivência e que a categoria gênero aparece influenciando o seu status de trabalhadoras, caracterizado pela precarização, informalidade, flexibilidade e feminização das ocupações.

Observou-se que, ao tempo em que conviviam com trajetórias de trabalho pautadas na precarização, utilizavam estratégias que denotavam reações de insatisfação ao trabalho e aos patrões, percebida nas mudanças frequentes de emprego, na agilidade e retardamento de tarefas, nos meios de burlar saídas noturnas e no reconhecimento do processo de exploração a que estavam submetidas. Tais estratégias, consideradas 'formas cotidianas de resistência', são formas de lutas efetivadas sem coordenação, planejamento e nem confrontação.

A formação da família de procriação, discutida através da sexualidade, gravidez e casamento, mostrou ser um elemento de extrema importância para essas mulheres na relação família-trabalho, motivo de suas interrupções e reingressos no mercado de trabalho. As relações de gênero experienciadas na constituição da família incluem o desconhecimento sobre a sexualidade e métodos contraceptivos, gerando situações de gravidez não planejada na adolescência, cujas conseqüências incidem em valores morais associados ao caráter e à honra.

A intencionalidade, nem sempre assumida, de gravidez e união conjugal são estratégias femininas de possibilidades de mudança de vida e de trabalho, espelhadas através do desejo de ter uma família, uma casa e trabalhar para si. Possibilidade de pôr fim às humilhações e maus-tratos sofridos como empregadas domésticas.

A violência sexual, sofrida na infância e adolescência, por parentes e conhecidos, deixaram marcas indelévels em suas vidas. As estratégias femininas de lidar com tal situação mostraram, em geral, atitudes de desconfiança, precaução e vigilância com os homens na esfera doméstica.

A violência percorre, ainda, outras fases da vida, se apresentando através das agressões físicas praticadas pelos companheiros ou maridos. Tais práticas estão associadas, quase sempre, à dependência alcoólica. Tal situação gera práticas femininas de respostas consideradas *moderadas*, que significam comportamentos de tolerância, paciência e recuo; e práticas *radicais* traduzidas pelas atitudes de enfrentamento, contestação, revide e agressão.

A chefia feminina não é uma condição fixa no contexto familiar, apesar da sua instauração relativamente longa na trajetória familiar. No entanto, estarem na condição de provedoras econômicas significa uma maior

adquisição de poder feminino junto ao contexto familiar, mesmo sendo esta aquisição unida a um quadro geral de relações de gênero marcadas por desigualdades presentes na divisão sexual do trabalho e violência doméstica. São relações de gênero paradoxais, onde permanências e mudanças de práticas e valores caminham lado a lado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, L. A situação da mulher Latino-Americana. In: DELGADO, D. G., CAPPELLIN, P.; SOARES, V. (Org.). Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- ALMEIDA, P. C. de. Gravidez na adolescência em grupos populares urbanos: concepções de idade e maternidade. In: Almeida, H. B.; Costa, R. G.; Ramirez, M. C.; Souza, É. R. de, (org.). Gênero em matizes. Bragança Paulista. Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais, 2002.
- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- BOURDIEU, P. A Dominação Masculina. 2. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. O poder simbólico. 2. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000.
- _____. Mulher e mundo do trabalho: ponto de vista sociológico. In: Brandão, Margarida L. R.; Bingemer, M. C. L. Mulher e relações de gênero. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- BRUSCHINI, C. LOMBARDI, M. R. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: maruani, M.; hirata, H. As novas fronteiras da desigualdade. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- BRUSCHINI, C. RIDENTI, S. Desvendando o oculto: família e trabalho domiciliar em São Paulo. In: ABREU, A. R. de P; SORJ, Bila (Org.). O Trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. RJ: Rio Fundo Editora, 1993.
- CARVALHO, M. de; CRAVO, V. Z. Antes mal acompanhada do que só: estudo de relações familiares em grupos matrifocais. Boletim de Antropologia, Curitiba, v. 1, n. 3, 1988.
- CORRÊA, C. P.; Gomes, R. S. Trabalho infantil: as diversas faces de uma realidade. Petrópolis: Viana e Mosley, 2003.
- DURHAN, E. R. A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FONSECA, C. F., fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: UFRS, 2000. p. 13-51
- _____. Caminhos da adoção. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. Mulher chefe-de-família? Revista de Ciências Sociais. v. 1, n. 2, 261-268, Porto Alegre, 1987.
- GIDDENS, A. Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HEILBORN, M. L. (Org.). Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- HIRATA, H. Reorganização da produção e transformações do trabalho: uma nova divisão sexual? Seminário de estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2001.
- _____. Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HITA-DUSSEL, M. G. As casas das mães sem terreiro: etnografia de modelo familiar matriarcal em bairro popular negro da cidade de Salvador. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2004.
- JELIN, E. Família y género: notas para el debate. Revista Estudios Feministas, n. 2, p. 394-413, 1995.
- _____. Las familias en América Latina. Isis Internacional – Ediciones de las Mujeres, n. 20, p. 75-103, 1994.

- LAVINAS, L. Aumentando a competitividade das mulheres no mercado de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, RJ, IFCS/ UFRJ, ano 4, n. 1, 1996.
- MACÊDO, M. dos S. Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: Bruschini, C.; Pinto, C. R. *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: FCC/Editora 34, 2001.
- MADEIRA, F. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou ... reclusão. In: Madeira, F. (Org.) *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- MONTALI, L. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 14, Caxambu, 2004. Anais... Caxambu: ABEP, v. 1, 2004. CD-Rom.
- _____. Trabalho e Família sob a Reestruturação Produtiva. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 10, Caxambu, 1998. Anais... Caxambu: ABEP, v. 1, 1998. CD-Rom.
- MONTEIRO, S. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- NEVES, M. de A. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, M. I. B. da. *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- NEVES, D. P. Nesse terreiro galo não canta. Estudo do caráter matrifocal de unidades familiares de baixa renda. *Anuário Antropológico*, 83, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- NUSSBAUM, M.; Sen, A. *La calidad de vida*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- OLIVEIRA, M. C. F. de. Condição feminina e alternativas de organização doméstica: as mulheres sem companheiro em São Paulo. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 8, Brasília, 1992. Anais... Brasília: ABEP, v. 2, 1992. CD-Rom.
- OLIVEIRA, R. D. de. *Reengenharia do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- POCHMANN, M. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE; NUCLEO DE ESTUDOS DE FAMILIA, GENERO E SEXUALIDADE – FAGES / UFPE; SOS CORPO, GÊNERO E CIDADANIA; FACULDADE DE MEDICINA/USP. *Como estão as Relações de gênero no PSF? Relatório final do diagnóstico de situação*. Prefeitura/Coordenadoria da Mulher/Secretaria de Saúde. Recife, 2003.
- ROAZZI, Antonio; TEIXEIRA C. A.; CORDEIRO, Carlos José A. A Representação da participação masculina no âmbito doméstico: investigação sobre a distribuição de atividades domésticas entre casais em famílias de nível sócio-econômico baixo. *Reunião Anual de Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia*, 25, Ribeirão Preto, SP, 1995. (Mimeo).
- SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- _____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos PAGU. Desdobramentos do feminismo*. n. 16, p. 115-136, Campinas, SP, 2001.
- SALEM, T. 'Homem... já viu né?': representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: HEILBORN, M. L. *Família e sexualidade* (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. Mulheres faveladas: com a venda nos olhos. In: FRANCHETT, B.; CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L. (Org.). *Perspectivas antropológicas da mulher*. v. 1, p. 49-99, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SARTI, C. A. A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPUN, M. R. (Org.). *Gênero sem fronteiras: oito olhares sobre mulheres e relações de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1997.
- _____. *A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- SILVA, L. A. M. A oposição entre trabalho doméstico e trabalho remunerado. In: Leite Lopes, J. S. et al. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- SCOTT, J. Formas cotidianas de resistência camponesa. *Revista Raízes*, Campina Grande-PB, v. 22, n. 01, 2002.
- SCOTT, R. P. O Homem na Matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 73, p. 38-47, 1990.
- TELES, M. A. de A.; MELO, M. de. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- WOORTMANN, K. A família das mulheres. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPq, 1987.
- ZALUAR, A. A Máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.